

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Journal da Bahia*

Class.: 66

Data: *5 de junho de 1983*

Pg.: _____

190 A fantástica mentira da democracia racial

Uma das características mais notáveis do racismo à brasileira é que este se acha indissolúvelmente ligado com uma forte dose de hipocrisia. Durante a maior parte de nossa história, os negros — e os índios também — estiveram submetidos a uma escravidão brutal; mas não faltou entre nossos ideólogos quem dourasse a pílula, falando, contra todas as evidências, em "cativeiro suave"... Até hoje, embora constitua a maioria do país, a massa de origem africana vê-se aqui oprimida e marginalizada, discriminada em diversos níveis através de múltiplos mecanismos que asseguram com tremenda eficácia a reprodução da desigualdade social entre os distintos segmentos étnicos da nossa população; mas, apesar disso, fala-se em "democracia racial brasileira", e celebra-se com orgulho esta fantástica mentira.

Falar da discriminação e opressão sofrida pelos negros entre nós, embora isto faça parte do cotidiano em toda parte do país, ainda provoca em certos meios reações muito irritadas; em todo caso, a este propósito está cada vez mais difícil tapar o sol com uma peneira. Também com certeza haverá quem queira fechar os olhos à denúncia do racismo antiíndigena no Brasil, e em particular na Bahia. Trata-se, no entanto, de uma coisa muito real. Vejamos alguns casos... De propósito começaremos com um fato que parece não demonstrar nada, pelo seu caráter excepcional, "atípico".

Há cerca de um ano, um índio Gavião que estava de passagem por

Salvador entrou numa loja de discos na Baixa dos Sapateiros e ficou a olhar as prateleiras. Seu aspecto desagradou à dona do estabelecimento, Aurea Reheman, a cuja ordem viu-se ele imediatamente agredido por zelosos funcionários, que usaram até barras de ferro para o espancar. Bastante machucado, o índio foi salvo por populares espantados com esta violência. O fato repercutiu na imprensa, a ANAI-BAHIA denunciou, comunicou à FUNAI, pediu providências e exigiu que o caso fosse levado à Polícia Federal.

Todos se indignaram, todo mundo condenou tamanha barbaridade. Mas Aurea Reheman e seus buldogues ficaram e continuam impunes. Como impunes estão os assassinos do Cacique Angelo Pereira Xavier, líder dos Pankararé de Brejo do Burgo, município de Nova Glória, Estado da Bahia, morto pelos inimigos de seu povo, que queriam — e querem — tomar as terras da tribo. Bater em índio, matar índio, pelo jeito não chega a ser crime em nosso Estado, em nosso país.

Vão dizer que estes episódios se referem a atitudes isoladas de umas poucas pessoas: uma comerciante nazista e seus capangas, na história do Gavião, um assassino e alguns grileiros inescrupulosos no caso do Pankararé. De qualquer modo, haveria que explicar a indiferença de amplos setores de nossa sociedade diante disto, a começar pelo próprio Governo. Um Ministro, e até o primeiro mandatário da nação, recentemente lamentaram com



amargura a eleição de um índio para deputado federal pelo Rio de Janeiro; nenhuma autoridade lamentou, porém, o assassinato do Chefe Angelo, nem o exílio, a degradação e o extermínio direto ou indireto de grupos indígenas no Brasil, fatos comuns de nossas história recente.

Vamos a outro exemplo. No ano passado, índios que tinham sido compelidos a sair da Reserva Paraguaçu — Caramuru (sul do Estado da Bahia, municípios de Itaju do Colônia, Pau Brasil e Camacan) pela pressão de fazendeiros invasores, retornaram a suas terras, instalando-se na área onde um branco estabelecera ilegalmente a chamada Fazenda São Lucas. O Governo do Estado da Bahia começou a pressionar a FUNAI para que retirasse de novo os índios daí, sugerindo primeiro sua transferência para uma área inabitável em Wenceslau Guimarães, depois para um trecho de praia (!) em Coroa Vermelha; finalmente, achou-se uma "solução": levar os indígenas para uma fazenda de piscicultura (!) do Instituto do Cacau em Almada, povoado de Castelo Novo, Município de Ilheus.

Aí, com efeito, eles foram instalados em barracas de campanha, de forma promíscua e em condições as mais precárias, sem meios de prover a própria subsistência. Para aguentar-se com seus dependentes neste paradeiro e isolamento, cada chefe de família indígena passou a receber a esmola mensal de um salário mínimo da FUNAI. A "transferência" (ou deportação) fez-se às escondidas e ilegalmente, porquanto para retirar índios de seu território é preciso

decreto presidencial, e não houve decreto algum.

Ora, mal chegou ao Povoado de Castelo Novo a notícia de que estavam sendo transportados índios para lá, a população local sentiu-se ofendida e tanto se enfureceu que chegou a depredar a Fazenda Almada, segundo foi amplamente noticiado pelos jornais.

Muita gente, com razão, se escandalizou com o ocorrido. Mas é preciso reconhecer que esta explosão de racismo odioso foi favorecida e alimentada pelo procedimento do Governo. Foi o próprio Governo que, arbitrariamente erradicando um segmento de uma minoria étnica, tratou-o como gente marginal e desprezível, sem direitos, passível de ser enxotada e levada para qualquer canto; com vergonhosa didática, deu exemplo e aula de preconceito e discriminação racial, qualificando na prática o referido grupo de indesejável; pois se as próprias autoridades os baniam do território deles e procuravam um lugar para depositá-los... Ninguém queria ter um campo de concentração nas vizinhanças.

Os índios em questão, afinal, retornaram a seu território e conquistaram na Justiça o direito de aí permanecer à espera de pleno reconhecimento de seus inquestionáveis direitos à posse e usufruto da mesma. Mas, infelizmente, na Bahia o Governo do Estado continua sendo de forma sistemática o adversário gratuito dos grupos indígenas que reivindicam seu direito à terra. Que nome dar a isso?

(Ordep Serra — antropólogo, ex-presidente da ANAI-Bahia)